
Conhecimentos localizados no jornalismo: uma proposta de sentido de objetividade que potencialize os projetos feministas¹

Jessica GUSTAFSON²
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Neste artigo proponho uma discussão teórica sobre a localização da produção de conhecimento no jornalismo a partir de um recorte dos resultados da minha pesquisa de mestrado (GUSTAFSON, 2018) sobre o jornalismo feminista independente. Apresento inicialmente o arcabouço teórico sobre os estudos feministas e a centralidade da ideia de conhecimento situado e localizado (HARAWAY, 1995; COLLINS, 2006; CURIEL, 2010; RIBEIRO, 2017; GONZALES, 2018) que vem sendo construída desde a década de 1970. Discuto, em seguida, a importância da objetividade jornalística para a construção do conhecimento produzido pelo Jornalismo (GENRO FILHO, 1989; MEDITSCH, 1997, 2010; SPONHOLZ, 2009; VEIGA DA SILVA, 2014, 2015) e algumas possibilidades para a existência de uma objetividade feminista (HARAWAY, 1995) no jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; conhecimento; objetividade; feminismo.

INTRODUÇÃO

A complexidade do pensamento feminista, longe de ser uma proposta de produção de conhecimento e ação política homogêneas, é permeada por contestações, críticas, tensões e rupturas dentro do próprio campo de estudos e atuação. Ao contrário da visão de mundo androcêntrica, que toma o homem enquanto sujeito universal, as feministas negras, por exemplo, demonstraram a partir das décadas de 1970 e 1980 que gênero estava intrinsecamente articulado com outros marcadores sociais da diferença, como raça, classe e sexualidade. O olhar interseccional se mostrou importante para que, nas palavras da filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2017), “fujamos de análises simplistas ou para romper com essa tentação de universalidade que exclui” (RIBEIRO, 2017, p. 42-43).

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). e-mail: je.g.costa@gmail.com

A universalidade criticada era a virada de chave da centralidade de um sujeito homem universal para um sujeito mulher também universal, o que conseqüentemente seguiu a mesma lógica racista, classista e heterossexual: só as experiências de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média eram representadas pelo chamado “feminismo hegemônico”. Como destaca Simone Pereira Schmidt (2015), ao apontar os principais temas do feminismo nas últimas décadas, profundas transformações foram impulsionadas pelo movimento caracteristicamente contestatório dos pilares que sustentam um modelo de sociedade:

Desse modo o feminismo cumpriu (e vem cumprindo) importante papel na desconstrução de um mundo até bem pouco tempo decalcado sobre rígidas hierarquias que sedimentavam, de um lado, a superioridade do eixo onde se localizavam os princípios mente-espírito-alma-masculino-branco-ocidental; e do outro, corpo-matéria-sexo-feminino-não branco-não ocidental. Rompida a casa, o eixo, o centro, da casa se foi à rua, e da rua, ao mundo (SCHMIDT, 2015, p.490).

A empreitada de desconstrução de um mundo menos hierárquico, incluindo as hierarquias e opressões existentes entre as próprias mulheres, ocupando diferentes posições de privilégio e desigualdade (HARAWAY, 1995), refletiu diretamente no interior do pensamento feminista, defrontado com a tarefa de reconhecer as diferenças entre as mulheres, assim como as diferenças teóricas e políticas do próprio movimento (SCHMIDT, 2015). É sobre esse momento crucial de redefinições do feminismo que proponho trabalhar com um dos alicerces centrais do pensamento feminista atual, base para a compreensão de sua heterogeneidade, a premissa do conhecimento localizado.

Para este artigo, a articulação entre a teoria feminista e o jornalismo será realizada a partir da proposta conceitual de objetividade feminista, de Donna Haraway (1995), em uma crítica à ciência moderna, na qual ela sustenta que todos os conhecimentos são situados (social e historicamente) e, portanto, é inevitável que sejam parciais. Nesta mesma direção, se reconhece que não só a ciência produz conhecimento, mas a própria sociedade compartilha um tipo específico de saberes sobre a vida cotidiana – o senso comum – que “contém inumeráveis interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana, que admite como certas” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 37).

A admissão desta realidade cotidiana como algo dado, faz com que ela não requeira verificação. Desta maneira de operar, reside a força do senso comum. O jornalismo também produz uma forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1989; MEDITSCH, 1997; 2010; SPONHOLZ, 2009; VEIGA DA SILVA, 2014; 2015) que, como afirma Eduardo Meditsch (1997; 2010), contribui para construir a realidade tanto quanto a ciência, mas de maneira diferente, pois também opera no campo lógico do senso comum ao mesmo tempo em que está condicionado pelo contexto em que é produzido:

Como toda a forma de conhecimento, aquela que é produzida pelo Jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida (MEDITSCH, 1997, p. 10).

As particularidades da prática jornalística são condicionantes que interferem na produção deste conhecimento específico, nas versões que ele produz sobre a realidade. Contudo, a não transparência destes critérios de decisão, segundo Meditsch (1997), é um dos principais problemas do jornalismo, pois esconde a gama de escolhas pelas quais os profissionais passaram para construir a informação jornalística e, assim, a notícia passa a ser apresentada como se fosse “a realidade”.

O autor reconhece que “como produto social, o Jornalismo reproduz a sociedade em que está inserido, suas desigualdades e suas contradições. Nenhum modo de conhecimento está completamente imune a isso” (MEDITSCH, 1997, p. 11). Convém ressaltar, entretanto, que, por tratar de assuntos da vida cotidiana, já presentes em maior ou menor grau no conhecimento compartilhado entre os indivíduos, a tendência à manutenção das desigualdades sociais, a partir da naturalização dos temas tratados é potencializada, exatamente porque o senso comum é considerado algo dado, que não exige verificação.

A pesquisadora Marcia Veiga da Silva (2015) considera ainda que todos os tipos de conhecimento jornalístico sejam perpassados por uma racionalidade constituída de forma predominante, a partir de um paradigma moderno de um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista, os quais estabelecem os valores que legitimam o saber como verdade. E são os procedimentos jornalísticos para obtenção de informações os principais modos de agregar valor de veracidade às notícias, orientados pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade (VEIGA

DA SILVA, 2014; 2015). A tendência a atuar em consenso com os valores dominantes, contudo, não significa que não existam tensionamentos e propostas alternativas. Como Genro Filho (1989) destacou, há sempre uma abertura de sentido no processo de significação dos acontecimentos, indicando as possibilidades de transformação social.

É a partir desta possibilidade de abertura e ruptura epistemológicas, que foi possível perceber na minha pesquisa de mestrado, quando acompanhei o trabalho realizado por um portal de jornalismo feminista do Sul do Brasil, o Portal Catarinas³, que o ideal da objetividade jornalística continua pairando sobre todas as decisões, mas não habita um lugar confortável, estando sob constante tensão: a objetividade é ressignificada a partir de suas práticas ativistas.

1. Que corpo é este que falta na objetividade descorporificada?

A virada epistemológica proposta pela teórica Donna Haraway, ao considerar que apenas a perspectiva parcial pode oferecer visão objetiva, fazendo com que possamos nos responsabilizar por nossas práticas de visualização do mundo, se refere à construção de um conceito de objetividade feminista, “que trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto” (HARAWAY, 1995, p. 21). O distanciamento, a suposta imparcialidade, a falta de engajamento e a separação entre sujeito e objeto são algumas das características do paradigma científico que a teórica considera relacionados à existência de uma objetividade descorporificada, construída para suprir os objetivos masculinistas de poder na construção do conhecimento produzido por sujeitos não marcados⁴ que alegam ver tudo sem ser vistos.

Para compreender melhor este enfoque, apresento alguns entendimentos de objetividade jornalística e os motivos que me fazem compactuar com Haraway sobre a existência de um sentido geral de “objetividade descorporificada” na produção do conhecimento, incluindo o conhecimento produzido pelo Jornalismo. Como afirma Ben-Hur Demeneck (2009), embora a objetividade jornalística tenha diversos significados

³ <http://catarinas.info/>

⁴ Sujeitos que não possuem as suas características identitárias destacadas nos discursos que são produzidos socialmente, como por exemplo: homens brancos heterossexuais. São considerados os sujeitos neutros da produção de conhecimento.

dentro do campo, as distinções se resumem “como um conjunto de valores e procedimentos orientados à verdade no jornalismo” (2009, p. 19).

Embora o conceito de verdade, tão polissêmico, não seja equivalente ao conceito de objetividade jornalística, em alguns dos seus sentidos é tomada como equivalente ou, em última instância, a objetividade é compreendida como um método que apresenta o potencial de nos aproximar da verdade. Em sua proposta sobre o espírito positivo, Augusto Comte defende que no regime definitivo da razão, a observação é a única base possível para o conhecimento da verdade. E a realidade objetiva seria o privilégio do espírito positivo. Esta herança paradigmática está relacionada ao fato de que os princípios positivo-funcionalistas se disciplinaram metodologicamente nas práticas comunicacionais e científicas ao mesmo tempo, segundo Cremilda Medina (2008).

Os cânones desta filosofia, posteriormente reafirmados pela sociologia funcionalista, estão presentes na concepção dominante do que seria um “bom jornalismo” ou o jornalismo objetivo. E as consequências da ilusão do rigor científico são bem destacadas por Santos (2009) ao considerar que ao quantificar o mundo, o desqualifica; ao objetivar os fenômenos, os objetiva e os degrada; e acaba por caricaturizar os fenômenos ao tentar caracterizá-los. Assim, as técnicas consolidadas na prática jornalística refletem esse ideário.

A ideologia do controle positivo dos saberes reforça ainda a relação sujeito-objeto, fundamento da teoria e metodologia da objetividade (MEDINA, 2006). Ao reafirmar esses princípios, o discurso jornalístico se torna um juízo oracular, que seria a resposta de deus sobre um questionamento humano, falando o que as coisas realmente são, como destaca Wilson Gomes (2009).

O maior problema desta correspondência entre o discurso e o fato é que ela considera os fatos como dados concretos e não como pertencentes à dimensão histórico-social, ou seja, sem a possibilidade de serem puramente objetivos (GENRO FILHO, 1989). A abertura de significado é intrínseca à manifestação de todo fato social, existindo “um componente subjetivo inevitável na composição mesma do fato, por mais elementar que ele seja” (GENRO FILHO, 1989, p. 49). Neste sentido, o paradigma positivo-funcionalista que se estabelece no campo influencia na negação de que existe uma interpretação direcionada a partir de visões de mundo dos jornalistas, como bem explica Adelmo Genro Filho:

Fica evidente que há uma interpretação e um sentido que devem brotar naturalmente dos próprios fatos, com base, portanto, nos preconceitos e concepções dominantes na sociedade, que se manifestam no chamado “bom senso”, expressão individual da ideologia hegemônica (GENRO FILHO, 1989, p. 43).

Entre os trabalhos atuais no Brasil sobre a objetividade jornalística, encontramos o da teórica Liriam Sponholz (2009), que considera infrutífera a afirmação de que a objetividade não existe, pois esta posição não oferece alternativas para os jornalistas. A defesa da autora da objetividade, mesmo enquanto meta, visa a correlação entre a realidade social e a realidade midiática a partir de métodos de investigação que sirvam para evitar uma falsa percepção.

Mesmo que admita que o conhecimento total e absoluto da realidade não seja possível, não se pode deixar de notar que Sponholz aborda o trabalho do jornalista como se ele fosse um mero mediador da realidade. Ao desconsiderar o processo de significar o mundo inerente à prática jornalística, a teórica parece caminhar na mesma direção de muitos outros autores, que como indica Genro Filho (1989), reconhecem que a objetividade plena é impossível e tomam isso como uma limitação, um sinal da limitação humana diante da subjetividade, “ao invés de perceber essa impossibilidade como um sinal da potência subjetiva do homem diante da objetividade” (p.186).

A problemática ultrapassa as questões envolvendo a verdade dos fatos e se inspira na lúcida posição de Miquel Rodrigo Alsina (2009) de que os jornalistas podem enganar dizendo a verdade. A tendência da racionalidade, de objetivar ao máximo a realidade social, implica na redução das interpretações alternativas, pois somente algumas serão consideradas legítimas. Desta forma, toda a interpretação que ultrapasse esse universo de possibilidades aceitas será creditada como sem propósito informativo (ALSINA, 2009).

Entende-se então, que, independente dos sentidos produzidos sobre a objetividade jornalística, ela segue a mesma tendência de descorporificação criticada por Donna Haraway (1995) nas ciências, eximindo, ou pretensamente eximindo, os jornalistas de suas práticas de visualização sobre o mundo. Assim, propõe-se que é possível ver o mundo de maneira mais objetiva, desde que se apoie em perspectivas parciais e localizadas.

Neste sentido, não existiria a pretensão de que essas perspectivas seriam puramente mais objetivas, mas somente elas ofereceriam a possibilidade de conexão e a

recusa por verdades absolutas, atuando na mediação dos “múltiplos sentidos das coisas (polissemia), assim como as múltiplas vozes (polifonia), que expressam o conflito de visões” (MEDINA, 2006, p. 23). Alicerçado na racionalidade moderna, considera-se que o conhecimento produzido pelo jornalismo hegemonicamente é o que Santos (2009) chama de conhecimento mínimo, desencantado e triste, pois fecha as portas para muitos outros saberes sobre o mundo.

No que se refere à produção de um jornalismo feminista, isso significa, por exemplo, dar atenção às vozes de distintas mulheres, as negras, lésbicas, indígenas, periféricas, profissionais do sexo, quilombolas, etc., que ofereçam novos sentidos e saberes – em oposição à essencializada mulher da mídia hegemônica, que é tematizada a partir de fontes institucionais. Admitir que os jornalistas são sujeitos corporificados e, assim, presentes em todos os discursos produzidos, influenciando a realidade narrada e construída, permite a responsabilização e a reflexão sobre suas práticas.

2. A objetividade corporificada na prática do jornalismo feminista

Ao questionar quais implicações da proposta feminista das jornalistas do Portal Catarinas – Jornalismo com Perspectiva de Gênero⁵, demonstradas a partir de suas práticas, possibilitavam a problematização da objetividade jornalística, tomei como dois dos objetivos da pesquisa de mestrado (GUSTAFSON, 2018) observar de que forma a objetividade jornalística era acionada durante a rotina de produção das notícias e as discussões realizadas sobre o direcionamento da pauta escolhida; e compreender como as jornalistas do Portal interpretavam a objetividade jornalística em relação ao ativismo feminista que praticam.

Após a interpretação das entrevistas e informações transcritas no diário de campo, constatei que a localização das profissionais enquanto jornalistas e feministas possibilita que elas tragam outras versões da realidade, de forma mais responsável sobre os temas que trabalham. Para Haraway, é nosso papel enquanto feministas insistir em uma explicação melhor do mundo, mais adequada, rica, de modo que se possa viver bem nele. Em contrapartida, a construção de uma identidade enquanto jornalistas e

⁵ O Portal Catarinas é definido em sua linha editorial como veículo de jornalismo especializado em gênero criado em 2016, em Florianópolis, a partir de uma campanha de financiamento coletivo. No dia 21 de abril, a meta inicial estabelecida foi alcançada, com o apoio de cerca de 160 pessoas, e em julho de 2016 iniciou o trabalho efetivamente. A sua proposta reflete sobre o jornalismo enquanto um direito e os direitos humanos como uma premissa básica para a produção do jornalismo.

feministas não pareceu acontecer de forma estável e coerente, demonstrando aspectos contraditórios, fragmentados e deslocados – como bem conceituou Stuart Hall (2003). Afinal, as posições de sujeito nunca são fixas, sendo variáveis e múltiplas, construídas em constantes tensões e sujeitas a revisões.

Esse contínuo movimento pode ser percebido na reafirmação de certos modelos entendidos como indispensáveis ao jornalismo, em consenso com uma identidade jornalística compartilhada dentro da cultura profissional. Ao mesmo tempo em que submetem essas mesmas práticas a críticas e ressignificações, motivadas pelas suas perspectivas feministas e em oposição à forma de atuação da mídia hegemônica.

Ao longo do trajeto da pesquisa, foram diversos os momentos em que percebi as negociações e renegociações e destaco aqui algumas delas, que considerei demonstrações de como as perspectivas defendidas pelas jornalistas ou os pontos de vista feministas operaram na prática jornalística em direção à construção de uma objetividade feminista, sempre provisória e submetida a constante debate e reflexão.

Retomando as contribuições de Haraway, sobre a possibilidade de se construir narrativas melhores sobre o mundo, elegi como ilustrativas as justificativas de Raquel⁶ para adjetivar, em uma notícia, um deputado estadual de misógino, após ele ter se negado a discutir em uma sessão plenária com outra deputada, afirmando que preferia debater com o marido dela. A decisão, após ser discutida com a jornalista Glória sobre o uso da palavra, foi considerada objetiva pela jornalista, pois: “Se o conceito de misoginia é esse e a ação dele foi essa, é muito claro e objetivo que eu adjetive ele de misógino” (RAQUEL, 2018, S/N). Assim, objetivar parece, neste caso, estar relacionado com um movimento de nomear as práticas.

Após a notícia ser publicada, Raquel considerou que faltou explicar para os leitores de forma mais aprofundada o que era misoginia e trazer de forma mais enfática o seu posicionamento. Assim, escreveu um texto de opinião sobre o caso, que foi publicado em seguida: “É uma coisa tão drástica que requer um posicionamento. E eu acho que as pessoas esperam um posicionamento do portal [...]. Não é um jornalismo neutro. Não é um jornalismo imparcial. Tem que ser equilibrado e se pautar por uma perspectiva ética que a profissão sugere” (RAQUEL, 2018, S/N).

As justificativas para o uso da palavra misógino caminham em direção à objetividade corporificada, pois é o posicionamento crítico que produz objetividade e

⁶ Os nomes foram modificados para preservar a identidade das jornalistas.

não o distanciamento. Por outro lado, a subjetividade também faz parte dessa construção e não é ela que impede de que se enxergue bem, mas a sua negação. Adelmo Genro Filho (1989) tratou desta questão, ressaltando a relação objetiva-subjetiva dos fatos. Para ele, a materialidade do fenômeno só pode ser apreendida pela subjetividade, a maneira como o sujeito histórico se apropria da realidade. Assim, a adesão a uma ou outra possibilidade do real, por parte dos sujeitos, não é apenas uma condição para que ele seja revelado, mas aspecto constitutivo deste, resultando em uma “objetividade subjetivada” (GENRO FILHO, 1989, p. 159).

Defendo que as explicações de Raquel demonstram uma leitura objetiva do mundo, pois expõe as hierarquias de gênero e desigualdade de poder existentes dentro da esfera política e apreendidas a partir da subjetividade da jornalista. A situação destacada aqui também indica a tentativa de conciliar as contradições intrínsecas ao fazer jornalístico e à prática feminista. O posicionamento aberto e assinado foi trazido no texto de opinião na intenção de separar mais explicitamente fatos e valores, pois a notícia considerada objetiva não deu conta das implicações contidas no caso, surgindo a necessidade de um posicionamento explícito.

Outro movimento significativo está na atuação da jornalista Patrícia, ativista em prol da descriminalização do aborto. Para ela, os que se intitulam pró-vida e condenam a prática do aborto são objetivamente contra a vida. Ao apontar as incoerências desse discurso, a jornalista destaca:

A questão aqui não é que a gente está fazendo um jornalismo panfletário, é uma questão de lógica. E a questão do aborto é muito parecida com outras questões problemáticas na sociedade, como a questão da criminalização das drogas. Ela viola Direitos Humanos. A questão da criminalização das drogas simplesmente promove o encarceramento da população carente, da população negra e promove o genocídio. Só que aí na criminalização das drogas a gente tem a questão social e a questão de raça. E na questão do aborto, a gente tem a questão social, a questão de raça e a questão de gênero. Porque no aborto quem que é criminalizada? As mulheres pobres e negras. [...] Então ela é um marco da desigualdade de gênero no Código Penal (PATRÍCIA, em entrevista, 21/03/2018).

Denunciar a criminalização do aborto como um marco da desigualdade de gênero no Código Penal é uma explicação posicionada sobre como o poder opera mais fortemente na vida de algumas pessoas – as mulheres pobres e negras. A objetividade feminista parece ter neste contexto a proposta de tornar visíveis as relações de poder,

em que gênero, raça, classe e sexualidade estão imbricadas e que são reafirmadas cotidianamente pelas instituições e suas normativas. A questão do aborto é emblemática nesse sentido, como podemos observar nas falas de Patrícia.

Mas cabe destacar que essas formas de olhar o mundo só terão a potência necessária se perpassadas pela reflexão crítica e reflexiva quanto às nossas próprias relações de dominação e sobre as partes desiguais de privilégio e poder que toda a posição apresenta (HARAWAY, 1995). Em conversa com Raquel, ela me diz que uma notícia publicada no portal trazia o título “Femicida é condenado [...]”, e que esse foi um erro brusco, que esbarra na ética jornalística e também na concepção de feminismo que ela tem. “O jornalismo que é uma instituição, a gente que é um veículo, que é um coletivo, que tem uma força social, a gente vai atacar uma pessoa?” (RAQUEL, 2018, S/N). A relação desigual de poder nesse caso, que extrapola as questões de gênero, é o alvo da crítica da jornalista, além da consideração de que individualizar os casos de feminicídio não contribui para minimizar o contexto de violência contra as mulheres.

Assim, não considero que a posição das jornalistas e feministas seja inocente, pois como destaca Haraway ver é sempre uma possibilidade de poder ver: “Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos?” (HARAWAY, 1995, p. 25). Para ela, política e ética são as bases para as lutas pela contestação. E também devem ser para um jornalismo transformador. “Como ver? De onde ver? Quais os limites da visão? Ver pra quê? Ver com quem? Quem deve ter mais de um ponto de vista? Nos olhos de quem se joga areia? Quem usa viseira” (HARAWAY, 1995, p. 28). Todos esses questionamentos são válidos para refletir sobre a prática jornalística, incluindo a prática jornalística feminista.

A partir de uma fala de Ângela sobre a conquista da segurança em relação às suas escolhas jornalísticas, compreendi melhor o que Haraway parece pretender dizer quanto trata da localização e refere-se ao eu dividido e contraditório, em permanente construção, que é o único que traz possibilidade de conexões e de uma visão mais ampla a partir de um lugar em particular. Percebi ainda que o trabalho no portal não só visa uma transformação social a partir de discursos contra-hegemônicos, mas também opera diretamente na transformação das próprias jornalistas, a partir do contato com as mulheres entrevistadas e consultadas, caminhando juntas para a construção de redes de conexão:

(Os trechos escolhidas por ela em uma entrevista) são as partes que eu acredito enquanto mulher que são importantes para estar no texto. Por isso que eu acho que o portal teve toda uma construção e ainda tem nessa questão sobre a feminista que eu sou, isso aqui que eu construí. E que é diferente da feminista que a Raquel é, que é diferente da Glória, que é diferente da Patrícia. [...] As mulheres do campo eu tenho como referência, como viés. Por isso que eu escrevo muito pensando nelas, é para elas que eu quero chegar, eu quero trazer um tema que seja importante para elas (ÂNGELA, em entrevista, 05/02/2018).

Ao afirmar que a feminista que é difere da feminista que as outras jornalistas são, Ângela está trazendo a sua localização em diálogo com a ideia de que não há um ponto de vista feminista único, pois esse posicionamento não trata de visões fixas, mas de uma visão “sempre curiosa a respeito das redes de posicionamentos diferenciais” (HARAWAY, 1995, p. 32). Desta forma, considero que o trabalho das jornalistas do Portal Catarinas se refere a uma produção de um conhecimento jornalístico que aposta no posicionamento e na parcialidade, e não na universalidade. Como afirma Haraway, essa proposta de conhecimento trata “a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar algum, do simplismo” (HARAWAY, 1995, p. 30).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao acionar a crítica feminista para refletir sobre a prática jornalística, trabalhei a partir deste arcabouço teórico que foi decisivo ao apontar o caráter masculinista da Ciência. Para as cientistas feministas, a objetividade, principal característica do modelo positivo-empiricista, servia muito bem aos propósitos de dominação masculina, ao afastar as mulheres da produção deste tipo de saber. As divisões inerentes ao paradigma vieram sendo compreendidas desde a década de 1970 como analogias à desigualdade de gênero: os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade e cultura, atributos da Ciência Moderna, foram identificados como masculinos; já os conceitos de objeto, corpo, emoção, subjetividade e natureza fazem parte do que historicamente se compreendeu como feminino.

A característica androcêntrica do conhecimento validado levantou diversos questionamentos sobre como, mesmo que conseguissem inserção no campo, as feministas obteriam validade no conhecimento produzido – a subjetividade delas estaria

sempre figurando como atributo impeditivo para a busca da “verdade”. A partir desta potente perspectiva teórica, foi possível analisar a questão da objetividade jornalística na construção jornalística do Portal Catarinas. Assim, considero que a objetividade feminista demonstrada na atuação do portal não é uma construção fechada, mas relativa a direcionamentos provisórios, reflexivos e incertos, permeados pela aposta de conexão entre mulheres com diferentes localizações, sendo elas atuantes do coletivo ou que mantêm relações próximas, como fontes e colaboradoras, mas que compartilham de uma mesma proposta transformadora.

Ela é eminentemente subjetiva e responsável, aberta a críticas e sempre disposta a se reinventar. É também curiosa sobre outros posicionamentos e por isso afeita à polissemia e à polifonia, mas não pode ser considerada inocente. Desconfiada ainda sobre qualquer verdade legitimada historicamente e consensualmente cristalizada. Talvez essa seja uma das formas possíveis de fazer oposição ao mundo das instituições sociais masculinistas, inclusive a instituição social do jornalismo, não com grandes respostas, mas abrindo o leque de perguntas e possibilitando a construção de conhecimentos localizados.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1. Brasília: UnB, 2016.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de um feminismo descolonizado. In: MIÑOSO, Yuderlys E. (org.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano**. Buenos Aires: Em la Frontera, 2010.

DEMENECK, Ben-Hur. **Objetividade Jornalística: o debate contemporâneo do conceito**. 133f. Dissertação. Programa de PósGraduação em Jornalismo, Florianópolis: UFSC, 2009.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2009.

GONZALES, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalismo feminista**: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. 255f. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Florianópolis: UFSC, 2018.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade [p.103-131]. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença – A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [p.7-41]. **Cadernos Pagu**, n.5, Campinas: Unicamp, 1995.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Florianópolis, 1997. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditscheduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em 01 de dezembro de 2018.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do conhecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2009.

SCHMIDT, Simone Pereira. Ainda o feminismo, ou o feminismo ainda mais. In: KAMITA, Rosana Cássia; FONTES, Luísa Cristina dos Santos (Orgs.). **Mulher e literatura**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2015.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, Conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis: Insular, 2009.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder

nas possibilidades de encontro com a alteridade. 276 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre: UFRGS, 2015.